



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Servidor(es) e/ou Secretário responsável pela elaboração: Edson Adilso Heck

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021);

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP, é a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de licença de uso de software, voltado para o gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

A necessidade da contratação se dá em decorrência das transferências constitucionais, que são os processos de distribuição de recursos provenientes da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, com base em dispositivos constitucionais. Estes processos são de fundamental importância na formação das receitas do Município, entre elas, a participação no retorno de arrecadação do ICMS.

Com a implantação e manutenção de um software de gestão, o Município terá a possibilidade de ampliar a fiscalização das empresas optantes pelo regime Simples Nacional, além de possibilitar o cruzamento de dados, informações, relatórios de divergências destes dados com os informados à Receita Federal e ainda, com os apurados pelo Sistema, ensejando que seja feito em tempo hábil, a retificação das informações que dizem respeito a apuração do VAF – Valor Adicionado Fiscal.

Com o gerenciamento das informações transmitidas pelas empresas administradoras de cartão (de crédito e débito), a Fiscalização Municipal poderá efetuar o cruzamento dos dados com os faturamentos declarados pelos seus contribuintes, apurando eventuais omissões de valores que podem levar a redução da receita do tributo. Também será possível melhorar a comunicação entre o Município e os contribuintes, gerando relatórios de inconsistências e/ou omissões que possam ser encaminhados por meio de mensagens eletrônicas, intensificando, com isso, o trabalho de fiscalização.

Portanto, o objetivo na utilização do software se dá por meio dos seguintes fatores: gerenciamento das receitas de transferências do ICMS, gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS e ao atendimento das necessidades dos serviços, da modernização e da eficiência da Administração Tributária Municipal.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21);

A contratação não está prevista no PCA – Plano de Contratações Anual, de modo que, o objeto da contratação em questão é inédito no âmbito desta Administração Municipal, tendo seu estudo de viabilidade e técnico preliminar sendo iniciado após conclusão do documento que retrata as contratações previstas no PCA para o ano de 2025.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021);

Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 e 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo para início da prestação dos serviços, é de 5 (cinco) dias, e o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, e posteriormente poderá ser prorrogado por igual e sucessível período, nos termos da Lei.

A justificativa para a exigência de certidão ou atestado, nos termos do § 5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em se tratando de serviços contínuos, pode ser fundamentada em diversos aspectos relacionados à qualificação técnica, segurança jurídica e interesse público. O parágrafo em questão permite que o edital estabeleça exigências que comprovem a experiência do licitante, garantindo que o prestador tenha competência para executar serviços contínuos de maneira eficiente e dentro dos parâmetros exigidos. Considerando que o serviço a ser contratado é de extrema importância para o Município; que exige um altíssimo grau de sigilo das informações; que é de extrema necessidade de que a licitante vencedora possua experiência e seja consolidada na prestação dos serviços a serem contratados. Desta forma, justifica-se a exigência técnica supracitada.

Para fins de habilitação, no que fiz respeito a qualificação técnica, o Edital deverá exigir atestado, certidão ou documentação hábil, que comprove que a licitante executou serviços similares ao objeto da licitação, pelo período mínimo de 2 (dois) anos. Conforme o Art. 67, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, que diz:

"Art. 67, § 5º, Lei Federal nº 14.133/2021 - Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos."

- REQUISITOS DO SOFTWARE:

- O sistema a ser contratado deverá operar em plataforma Web, ser multiusuários, multitarefas, integrados, utilizando base única e possuir compatibilidade com múltiplos navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e Microsoft Edge) e sistemas operacionais (Windows e Linux);



- Ter compatibilidade aos equipamentos (servidores, estações, periféricos, rede física) e sistemas operacionais (Windows e Linux);
- Permitir a exportação dos dados em formato portátil de documento (PDF), planilha eletrônica (EXCEL) e texto (TXT); e ter manutenção e atualizações do sistema por conta da CONTRATADA;
- Deverá possibilitar a importação das informações que compõe o Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município, das empresas modalidade categoria Geral, Simples Nacional e da Produção Primária, disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS e pela Receita Federal do Brasil - RFB;
- Permitir a importação dos dados declarados por contribuintes com sede em outros Municípios por meio do Anexo XVI da GIA disponibilizados pela SEFAZ/RS. Possibilidade de calcular e gerenciar os incentivos, permitindo calcular e projetar o retorno financeiro de cada empresa;
- Importação das informações cadastrais e financeiras, históricos e outras informações de exercícios anteriores;
- Importações dos arquivos fornecidos pela Fazenda Estadual contendo as informações das administradoras de cartão de crédito e débito que mantenham operação no Município, com posterior Cruzamento do faturamento declarado pelas empresas. Possibilidade de customização conforme necessidades específicas relativas ao Município de Imigrante que possam surgir ao longo do contrato e conforme atualizações legais e de procedimentos contábeis e tributários adotados pelos entes federativos;
- Treinamento e capacitação dos servidores municipais;
- A licitante deverá dispor, durante o horário de expediente do Município, de forma remota, técnicos das devidas áreas, para o pronto atendimento e/ou encaminhamento das soluções de problemas relacionados a toda sistemática implantada;
- A licitante deverá disponibilizar, no prazo de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, dados técnicos necessários à alimentação do sistema;

- DOS MÓDULOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA/SOFTWARE:

- Gestão do Índice de Participação dos Municípios: permitir a importação das informações que compõe o Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município, das empresas modalidade categoria Geral, Simples Nacional e da Produção Primária, disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS e pela Receita Federal do Brasil –RFB.
- Análise das Guias de Informações e Apuração do ICMS - GIA: permitir a importação dos dados das GIAs dos contribuintes categorias Geral, disponibilizadas pela SEFAZ/RS, com validação e geração de indícios ou inconsistências com detalhamento por Códigos Fiscais de Operações e Prestações - CFOP e respectivo enquadramento legal.
- Simples Nacional: permitir a captação dos dados das empresas enquadradas no regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Simples Nacional, por meio da importação das informações da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS e do Programa Gerador de Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório - PGDAS-D entregues pelos contribuintes à Receita Federal do Brasil.
- Produção Primária: permitir a importação dos dados da produção primária do Município, por meio das informações dos registros de operações da Nota Fiscal Eletrônica (Extrato PPR), Sitagro e AIM (PubPro e PubDef), disponibilizados pela SEFAZ/RS com posterior geração de relatórios de inconsistências, acompanhamento do VAF e projeções de retorno de cada inscrição.
- Análise do Anexo XVI da GIA, permitir a importação dos dados declarados por contribuintes com sede em outros Municípios por meio do Anexo XVI da GIA disponibilizados pela SEFAZ/RS. Comunicação de Verificação de Indícios - CVI: permitir a geração de CVI, por meio das informações oriundas das empresas categorias Geral e Simples Nacional de forma automatizada. Incentivos: módulo com possibilidade de calcular e gerenciar os incentivos, permitindo calcular e projetar o retorno financeiro de cada empresa.
- Relatórios: permitir a geração de relatórios e exportação dos dados em formato portátil de documento (PDF), planilha eletrônica (EXCEL) e texto (TXT).
- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE): módulo que possibilite a importação das informações da NFSE (via arquivo CSV), com posterior emissão de relatórios.
- Cartões de Crédito e Débito: importações dos arquivos fornecidos pela Fazenda Estadual contendo as informações das administradoras de cartão de crédito e débito que mantenham operação no Município, com posterior Cruzamento do faturamento declarado pelas empresas. Possibilidade de customização conforme necessidades específicas relativas ao Município de Imigrante que possam surgir ao longo do contrato e conforme atualizações legais e de procedimentos contábeis e tributários adotados pelos entes federativos.

- DO PRAZO DE EXECUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A execução dos serviços e fornecimento do sistema deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de serviço/ordem de compra, empenho ou qualquer instrumento equivalente. Compreende a execução inicial dos serviços, os seguintes pontos:

- Fornecimento, instalação e implantação do Sistema de Informática (Software);
- Importação das informações cadastrais e financeiras, históricos e outras informações de exercícios anteriores.
- Entende-se por implantação a parametrização do sistema, treinamento e capacitação de pessoas, importação dos dados do sistema AIM, cadastro das Empresas e Produtores Rurais fornecidos pela Receita Estadual do Rio Grande do Sul e PGDAS-D e DEFIS disponibilizados pela Receita Federal do Brasil.

- DO TREINAMENTO DO SISTEMA/SOFTWARE:

- A CONTRATADA deverá dispor, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, de forma remota, técnicos das devidas áreas, para o pronto atendimento e/ou encaminhamento das soluções de problemas relacionados a toda sistemática implantada.
- A CONTRATANTE deverá disponibilizar, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da ordem de compra, dados técnicos necessários à alimentação do sistema.
- A CONTRATANTE deverá disponibilizar o treinamento para implantação presencial.

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



- Instalação, manutenção e atualizações do sistema, com seus processos e procedimentos descritos na geração e controle do IPM;
- Disponibilizar durante a implantação um técnico de forma presencial para acompanhamento do processo e demandas junto a Prefeitura;
- Realizar ações de suporte periódicas de apoio e auxílio da Receita Municipal nas definições de estratégias e ações a serem realizadas pela equipe da Supervisão de Fiscalização de Transferências Constitucionais com foco no aprimoramento do software, incremento da arrecadação e redução da evasão fiscal;
- Ministrar treinamento do sistema para o respectivo corpo técnico da Receita Municipal;
- Prestar assessoramento, durante toda a vigência do contrato, à equipe da Supervisão de Fiscalização de Transferências Constitucionais nas questões relativas ao sistema de Gestão ao Índice de Participação, aos assuntos do Simples Nacional e as importações referentes às informações de cartões de crédito.

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, nas condições e termos deste contrato.
- Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.
- Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato sob todos os aspectos, relatando as irregularidades, quando for o caso.
- Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis.

- DO SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO:

- A CONTRATADA deverá disponibilizar todo suporte técnico necessário, de forma remota, para salientar dúvidas a cerca da implantação, utilização e treinamento do software, além de outras dúvidas que possam surgir durante a vigência do contrato.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar o atendimento presencial, sendo 1 (uma) visita mensal, para apresentação de relatórios e debate com os setores envolvidos, se necessário, excepcionalmente, visitar mais de 1 (uma) vez ao mês, quando solicitado pela CONTRATANTE.

- DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E/OU EMPRESARIAIS E CONFORMIDADE COM A LGPD:

- A empresa contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no que se refere ao tratamento de dados pessoais, garantindo a segurança, a privacidade e a proteção das informações dos cidadãos e servidores municipais no uso do software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS.
- A empresa contratada será responsável pelo tratamento dos dados pessoais que possam ser coletados, processados, armazenados e compartilhados no âmbito da execução do contrato, conforme as finalidades previstas para o gerenciamento das receitas de transferências do ICMS. A empresa deverá garantir que qualquer operação realizada sobre os dados esteja em conformidade com a LGPD, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, entre outros estabelecidos pela legislação.
- A empresa contratada deverá adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, alterações, divulgações ou qualquer outra forma de tratamento inadequado. Tais medidas incluem, mas não se limitam a, criptografia, autenticação, controle de acesso e auditorias regulares.
- A empresa contratada se compromete a não compartilhar, transferir ou divulgar dados pessoais a terceiros, salvo mediante autorização expressa do Município ou quando requerido por autoridade competente, conforme previsto pela LGPD. Em casos de compartilhamento, deverá ser garantido que os terceiros também cumpram as disposições da LGPD.
- A empresa contratada deverá proporcionar treinamento adequado aos servidores municipais que utilizarão o sistema, no que diz respeito às boas práticas de proteção de dados pessoais e à conscientização sobre a LGPD, de forma a garantir que o uso do software esteja em conformidade com a legislação vigente.
- O Município poderá realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula e na LGPD, sem prejuízo da fiscalização regular do contrato. A empresa contratada deverá fornecer todas as informações necessárias e colaborar plenamente para a realização dessas auditorias.
- Em caso de violação de dados pessoais, a empresa contratada deverá comunicar imediatamente ao Município e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme os prazos e as obrigações estabelecidas pela LGPD. A empresa deverá adotar medidas corretivas para mitigar os danos decorrentes da violação e colaborar na investigação dos fatos.
- Ao término da execução do contrato, ou em caso de rescisão antecipada, a empresa contratada deverá proceder com a exclusão definitiva dos dados pessoais processados no âmbito do contrato, salvo se houver outra obrigação legal que determine a manutenção dos dados.
- O descumprimento das disposições desta cláusula poderá acarretar sanções administrativas e contratuais, incluindo a rescisão do contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas pela LGPD e pela legislação vigente.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21);

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida se baseiam no padrão de contrato de serviços realizados por esta Administração,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

tendo como base a vigência de 12 (doze) meses, além da necessidade de uma unidade de serviço referente a implantação do sistema.

Nº	Descrição do Item	Qtd.	Un	Preço Unit.	Preço Total
1	Locação de licença de uso do software/sistema e manutenção/suporte mensal, voltado para o gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.	12	mês	R\$ 3.363,52	R\$ 40.362,24
2	Implantação do sistema e dos dados, além de treinamento e suporte técnico.	1	un	R\$ 3.366,67	R\$ 3.366,67
Valor Total Estimado da Contratação:					R\$ 43.728,91

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021);

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, pesquisamos os preços de certames mais recentes de Municípios situados no Estado do Rio Grande do Sul, com objetos semelhantes. Na pesquisa, verificou-se disparidade nos valores praticados pelo mercado para mesmo objeto. Essa disparidade se justifica devido as grandes diferenças existentes entre os municípios, tais como: população, arrecadação de tributos, tamanho geográfico, nº de produtores rurais, nº de empresas de ICMS, etc. Nesse sentido, para a realização de uma comparação mais correta e adequada, é necessário fazer o ajuste dessas diferenças. Para isso, buscou-se informações dos Municípios com Valor Adicionado Fiscal (VAF) de porte semelhante, ressaltando que o VAF interfere diretamente no volume de dados e complexidade do software em questão. Assim, com base nas informações coletadas junto ao site da Sefaz-RS, relativas ao ano/base de 2023, com o objetivo de encontrar um índice de comparação que ajuste o valor original do orçamento para um valor ponderado, corrigindo eventuais discrepâncias. As informações coletadas, na referida pesquisa, estão apresentadas em uma planilha anexa ao processo administrativo.

Com base na consulta realizada no site do SEFAZ/RS, por meio do link: <https://www.sefaz.rs.gov.br/AIM/VAL-HIS.aspx>, verificou-se que a maioria dos Municípios com Valor Adicionado Fiscal (VAF) semelhante ao do Município de Imigrante/RS, não possuem contratação do objeto em questão ou não foram localizadas nos meios de publicidade legal, como, Site oficial do Município, LICITACON Cidadão e PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, com exceção do Município de Presidente Lucena, que possui o VAF semelhante, porém o valor mensal pago na contratação do objeto em questão, é inconsistente com os preços praticados por outros Municípios, sendo assim, este foi desconsiderado da formação de Valor de Referência. Desta forma, foram localizadas contratações de Municípios situados no Estado do Rio Grande do Sul, com valores semelhantes.

Contudo, foram consultadas ainda, duas empresas que detêm a maior parte dos contratos do objeto em questão no Estado do Rio Grande do Sul (consulta dos contratos e empresas vencedoras feita no LICITACON Cidadã, pelo link: <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1>), nesse sentido, foi elaborado uma solicitação de orçamento e enviada por e-mail, onde as empresas puderam enviar os orçamentos padronizados, com as especificações e descrições técnicas detalhadas, os mesmos encontram-se anexos a Pesquisa de Preços do processo.

Portanto, com a seguinte pesquisa de mercado, se verificou que a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de licença de uso de software, voltado para o gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, por meio de Pregão Eletrônico, com critério de menor preço global, é a melhor solução a ser contratada, tanto do ponto de vista técnico como também do econômico.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei Federal nº 14.133/21);

R\$ 43.728,91 (quarenta e três mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos) - Conforme planilha Valor de Referência com base na Média, em anexo.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21);

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços referente a Locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS, com suporte técnico/assessoria (remoto e presencial), incluindo implantação, parametrização e treinamento de uso aos Servidores Municipais (Usuários), destinados ao gerenciamento das receitas de transferências do ICMS, gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS e ao atendimento das necessidades dos serviços, da modernização e da eficiência da Administração Tributária Municipal.

A contratação tem como objetivo a locação de licença de uso de software, que será utilizado para o gerenciamento das informações relativas ao índice de participação do Município na arrecadação do ICMS.

O sistema deve permitir o controle eficiente das receitas de transferências do ICMS, possibilitando a gestão integrada de dados e a automação de processos essenciais para a Administração Tributária Municipal; ser capaz de gerenciar as informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS, incluindo a análise e o cálculo das transferências; permitir o gerenciamento automatizado e eficiente das receitas provenientes do ICMS, evitando erros manuais e garantindo maior precisão nos cálculos e nas transferências; possibilitar a análise detalhada das informações relacionadas ao ICMS, facilitando a tomada de decisões baseadas em dados atualizados e precisos.

A empresa contratada deve: oferecer suporte técnico contínuo, tanto remoto quanto presencial, para solucionar eventuais problemas operacionais, técnicos ou de sistema; assegurar o correto funcionamento do sistema e o atendimento adequado às necessidades da Prefeitura



Municipal implantação do software nos sistemas municipais, garantindo sua integração com os processos já existentes e sua operacionalização em conformidade com as necessidades da administração tributária; parametrizar o software de acordo com as especificidades do Município, ajustando-o às normas e procedimentos tributários vigentes.; disponibilizar treinamento adequado para os servidores municipais que utilizarão o sistema, com o objetivo de capacitá-los a utilizar todas as funcionalidades do software de maneira eficiente e correta.

Com isso, o software irá promover a modernização da gestão tributária, o que irá melhorar a transparência e confiabilidade nas informações, tanto para a administração pública quanto para os cidadãos e contribuintes.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21);

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização. Também se dá pelo fato de ser somente um item a ser licitado, sendo assim a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por eventuais sinistros ocorridos.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21);

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. Pretende-se contratar uma empresa com um serviço de qualidade que satisfaça demandas solicitadas do Município.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Não se aplica ao objeto em questão.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21);

Não se vislumbram impactos ambientais provenientes desta contratação.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21);

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Imigrante, 17 de fevereiro de 2025.

EDSON ADILSO HECK

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
SMAPF